



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

PERCURSOS HISTÓRICOS DA AÇÃO PASTORAL CATÓLICA NO BRASIL (1500-1930)

Ivana Teixeira Silveira
(UESB)

RESUMO

O presente texto tem como tema a ação pastoral promovida por pela igreja católica, a partir da temporalidade do Brasil colônia até as primeiras décadas do século passado. É uma ação implementada mediante um conjunto de diretrizes que produziram e reproduziram as estruturas objetivas do sistema colonial, dispondo a igreja em completa ressonância com o Estado metropolitano. Permite criar algumas reflexões históricas sobre as inter-relações entre igreja e Estado, bem como retrata algumas configurações a respeito dos principais agentes impregnadores da ação pastoral, isto é, o clero e o leigo.

INTRODUÇÃO

Não tenho intenção de mostrar aqui grandes aprofundamentos deste referido percurso, mesmo porque ele é extremamente complexo. Desejo apenas expor brevemente algumas reflexões que fixam a ação pastoral católica em conexão com a ordem do Estado. Em outras palavras, igreja e Estado são concretizadas como duas instituições que, encontraram na ação pastoral um grande apoio para implementar suas formas de dominação social.

De acordo com Hoornaert I (1992),⁶⁴ entender os primeiros passos da ação pastoral no Brasil é situá-la à luz da legitimidade da ordem colonial, porque a formação da igreja católica foi um processo inteiramente ligado aos projetos trazidos pelos portugueses.

⁶⁴ Este é o Volume I. A produção desta referência foi feita em dois volumes, pelos seguintes autores: Eduardo Hoornaert, Rioldo Azzi, Klaus Van Der Grijp e Benno Brod.

O discurso da evangelização passou a reafirmar a dominação colonial, junto aos mais diversos segmentos sociais: brancos, índios, negros. Logo, é prudente constatar que, as ações pastorais articularam-se a regularidades que produziram e reproduziram as estruturas objetivas do sistema colonial e trouxeram para a igreja católica brasileira, ao longo de séculos, a aquisição de uma das mais extraordinárias formas de poder já adquirido ao longo de toda a nossa história (p. 10).

Para por em evidência o seu sistema de dominação, a igreja católica procurou criar práticas e representações, visando dar 'sentido' ao mundo. Isto fica muito bem descrito numa nota extraída por Hoornaert II:⁶⁵ 'não pode amar a Deus quem não ama o seu legítimo soberano. Um bom cristão não pode ser mau cidadão, mas é mau cidadão aquele que, não se conformando com os preceitos de sua religião, dá ouvidos à inquieta e turbulenta voz da rebelião que arrasta após de si todos os vícios, horrores e desordens, além de desafiar toda a cólera e as mais terríveis maldições da divindade'. (p. 14).

Segundo Hoornaert II, para o entendimento da formação do catolicismo no Brasil é necessário fazer algumas ponderações. Primeiro, a prática do catolicismo foi influenciada por uma 'herança das crenças medievais', através do qual o fiel católico trouxe o 'transcendente' e o 'sagrado' para as várias atividades do seu dia-a-dia. Segundo, durante um bom tempo, na prática católica figurou-se uma 'religiosidade ontocrática',⁶⁶ quer dizer, a consagração de vários intermediários para o relacionamento com o divino. O poder do padre foi disputado com outros agentes leigos, inclusive simbolicamente retratados, como: rezadores, imagens milagrosas, rosários, santinhos, medalhas, etc. Terceiro, o 'catolicismo popular' reavivou-se a partir do século XIX, com uma espécie de enfraquecimento das

⁶⁵ Esta é uma nota do Volume II, extraída dos escritos de D. Francisco de São Dâmaso, bispo da Bahia entre os anos de 1814 a 1816.

⁶⁶ *Onto* quer dizer ser. *Crata* é poder. Portanto, ontocrática seria algo como, possuir poder de relacionar-se com o divino.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

lideranças leigas, ante o fato do clero retomar certas formas de controle nas devoções do povo. Padres e bispos passam a tomar frente nas festividades dos santos, nas missas do domingo, nas festas de semana santa, além de um empenho maior na construção de oratórios e capelas.

Os primeiros agentes de pastoral foram designados de missionários. Como a ação pastoral destes missionários estava atrelada à necessidade da expansão colonial, eles tornaram-se intensos colaboradores na montagem das primeiras fronteiras coloniais. Além do mais, a ação pastoral foi instalada nos moldes do designado 'sistema de padroado',⁶⁷ que tinha, dentre outros, o objetivo de regular o número de religiosos, segundo as necessidades da expansão colonial, bem como proibir a fundação de novos conventos, criando-os em lugares distantes para servirem como pontos de segurança e avanço às pretensões portuguesas. Daí haver uma total desconexão entre, de um lado, a 'instituição missionária' e, do outro, as necessidades reais da população local. De sorte que, os missionários pouca influência tiveram no mundo dos engenhos, baseados no modelo exportador de economia e na concentração de renda. Pelo contrário, eles tiveram que adaptar-se ao estilo de vida destas fazendas rurais. Com isto, faz-se necessário relativizar a influência real dos movimentos missionários diante de outros personagens menos valorizados pela historiografia, como é o caso das mucamas negras, violeiros, cantadores populares, ermitães, beatos e beatas que se tornaram personagens-chave na expansão do catolicismo popular no Brasil.

Desta forma, é plausível considerar que a legitimação do poder católico foi um processo que envolveu a dominação do Estado e da igreja – expressamente representada pela hierarquia eclesiástica – sobre os segmentos populares brancos, índios e negros. Em face disto, as primeiras articulações da ação pastoral – o ir e vir da mensagem católica – foram, então, estabelecidas entre: os agentes



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

intermediários dos segmentos dominantes do Estado e da igreja que levavam a mensagem e o povo, os índios e negros que recebiam a mensagem ou as classes subordinadas.

Pelo lado dos agentes missionários que levavam a mensagem, o desdobramento das linhas de ação pastoral foi feito com a pastoral da convivência ou aldeamentos e a pastoral das visitas esporádicas ou santas missões, missões populares. Basicamente delimitada pela convivência de missionários nas aldeias indígenas, a primeira foi pioneiramente implementada pelo trabalho dos jesuítas, mas, segundo Hoornaert I, muito pouco se tem de registros documentais sobre o cotidiano destes aldeamentos. O autor comenta que as práticas de família apareceram dentro de um critério poligâmico, entre o português com três ou mais mulheres indígenas, com o intuito de procriarem filhos para a expansão dos seus negócios. O autor destaca a chegada da mensagem pastoral nestes aldeamentos como um 'fracasso', uma vez que neles não se chegou propriamente a construir 'comunidades culturais', porque o trabalho missionário descaracterizou integralmente as culturas indígenas originais, produzindo o designado 'índio genérico', dominado pela cultura do branco. Logo, nestes aldeamentos as aldeias passaram a ser 'do rei' e os missionários tinham por obrigação administrá-las. No entanto, eles não ficavam por mais de três anos, muito embora obrigassem os indígenas a dedicarem pelo menos três dias na semana ao 'trabalho missionário': construção de capelas, estradas, casas residenciais, além de serviços de carregamentos.

A pastoral das visitas esporádicas não chegava a ultrapassar doze dias, nem ficou restrita às aldeias, atingindo vilas, fazendas, lugarejos. A mensagem levada pelos missionários era estritamente sacramental, voltada, portanto, à propagação de sacramentos como batismo, comunhão e casamento. Tal como nos aldeamentos,

⁶⁷Padroado foi um sistema de concessão da Santa Sé à Coroa Portuguesa, mediante o qual o governo não só passou a receber os dízimos arrecadados pela igreja do Brasil, como tornou-se responsável pelo sustento das

nas santas missões os missionários mobilizavam o povo para trabalhos na igreja, no cemitério, nos açudes, nas estradas, mas tudo feito em procissão, ao som de hinos e cânticos. A mensagem desta linha de ação pastoral quase não se voltou aos índios e negros, porque a problemática destes povos não figurava nas pregações, a não ser como ‘pessoas subordinadas’ que têm obrigações para com seus superiores. Apenas dava-se certa referência a um ‘tratamento caridoso’ para com os índios e escravos, mas não se discursava sobre os seus direitos.

Quanto aos que recebiam a mensagem, primeiramente entre os segmentos populares livres, Hoornaert considera que foi, sobretudo, interpretada num caráter eminentemente religioso, ou seja, por uma ‘busca de Deus’. A mensagem pastoral chegava ao ‘povo simples’, como um discurso configurado em forma de ‘lei’ com as devidas ‘punições’ pelos pecados cometidos. Isto se confirma, mediante o fato desta população ter criado uma certa expectativa para com a morte, com as almas, com a busca de salvação em outro mundo. Assim destaca o autor: ‘Daí ser compreensível que o povo visse o padre, sobretudo, como homem da lei e a igreja como uma organização jurídica’. (Volume II, p. 147).

Pelo lado dos indígenas, a religião católica era algo atrelado ao ‘mundo dos civilizados’. Consideravam que a adesão ao catolicismo podia, muitas vezes, ser um instrumento de ingresso na sociedade dos colonizadores, todavia, ser católico, automaticamente significava deixar de ser ‘bugre’. Tinham, por conseguinte, como traidores aqueles nativos os quais os portugueses consideravam como um ‘convertido à santa fé’. Isto deve-se muito ao fato de que a igreja era algo estranho às suas culturas, prometia-os ‘salvação em outra vida’, mas não lhes dava respostas devidas às aspirações que tinham para o presente existencial. No entanto, mesmo mediante escassa documentação, conforme cita Hoornaert I, é possível constatar que a violência parece ter sido a grande marca registrada na atividade pastoral

com os indígenas dos tempos coloniais, haja vista a vasta eliminação destes povos por motivos vários como doenças, fugas, guerras, fome.

Com os africanos, a ação pastoral foi implementada entre missionários e escravos: para os agentes pastorais, não havia propriamente africanos, haviam sim escravos. É tanto que, segundo os autores, não se demonstra ter existido missionários que compreendessem o valor libertador dos quilombos, ou dos cultos afro-brasileiros. Há registros de certas assistências religiosas dadas por missionários sacerdotes a quilombolas, a pedido dos próprios negros que se consideravam católicos, mas não como algo que partisse de um plano dos agentes pastorais. Tal como os indígenas, a igreja era vista pelos africanos como propriedade dos 'brancos', a mensagem era recebida com expressão do poder dominador. Eles, de certa forma, a tinham como um 'lugar ao sol', em virtude dos trabalhos que conseguiam realizar nas confrarias e irmandades⁶⁸, chegando inclusive a ocuparem alguns cargos como presidentes, secretários ou tesoureiros.

Segundo Bruneau (1974), após a independência do Brasil, a carta política do Império declarou o catolicismo como a religião oficial e o imperador tornou-se a primeira autoridade eclesiástica do País. O relacionamento da igreja com o Estado tomou outro rumo, de aliada ela passa a ser submissa, porque a nomeação de padres e bispos, o julgamento da aplicação de leis determinadas pela Santa Sé e pelos Concílios transforma-se em responsabilidade de Pedro II. O regime do padroado continuava, mediante o qual o imperador recolhia os dízimos e pagava o clero, tal como os seus funcionários públicos. O fato de D. Pedro II governar a igreja como um departamento do governo fez acarretar algumas modificações na ação pastoral: por um lado, a ação católica passou a reproduzir as estruturas objetivas do sistema imperial e, por outro, a sua legitimidade estava atrelada ao fato de seu ministério presbiteral estar incorporado ao funcionalismo imperial.

⁶⁸ Espécies de associações que tinham como intuito cultuar algum santo. Para isto, eram promovidas festas, procissões, além da própria construção de capelas.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Com a proclamação da República, a igreja rompe definitivamente com o Estado, pondo fim ao regime do padroado. O catolicismo deixava de ser a religião oficial do Estado, cabendo, então, o direito à liberdade para com as outras práticas religiosas; os membros das ordens e congregações religiosas perdiam os seus direitos políticos; o casamento religioso não era mais oficial; o clero não mais gozava de imunidade política, deixava de ter direitos de cargos no Estado; a educação foi laicizada, não subjugada à igreja; o ensino religioso, retirado do currículo obrigatório das escolas públicas⁶⁹.

Nas primeiras décadas do período pós-imperial, muitas mudanças emergiram, tanto no universo rural, quanto no urbano, de acordo com Mariae (1994), com especial destaque para o fato de que são fenômenos que vão fazer a igreja aproximar-se das camadas populares. O campo, preso à questão da terra, à pobreza, ao latifúndio, à seca, configurou-se em meio a uma prática religiosa plasmada de muitas crenças, mitos, revoltas, no que o autor nomeou-a de 'religiosidade popular'. Na cidade, sobressaltada pela industrialização, urbanização e migrações, delinearam-se os marcos de formação da realidade metropolitana, mediante condições precárias de trabalho e de vida nas suas periferias. Não somente nos eixos do nordeste para o sul e sudeste, bem como em direção a outras localidades como a Amazônia, haja vista o atrativo das fileiras do chamado 'exército da borracha', o fluxo migratório inter-regional implementou-se em decorrência dos problemas sobressaídos nos dois universos.

Todo este processo deixa transparecer certo rompimento na hegemonia da igreja católica no Brasil, afetando, evidentemente, a sua ação pastoral porque o seu presbitério não ficou homogêneo neste momento. Uma nítida divisão de opiniões no seu clero firmou-se, entre os que estavam a favor e os que estavam contra o

⁶⁹ Vale ressaltar que na Constituição de 34, o governo Vargas revoga algumas destas considerações com relação à igreja. Passa a dar direito de voto aos membros das ordens religiosas, o ensino religioso torna-se permitido nas escolas públicas, o casamento religioso fica reconhecido em termos civis. Outras conquistas gerais aconteceram: o direito de voto às mulheres, porém o divórcio continuava proibido.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

desligamento da igreja com o Estado. Trechos extraídos por Bruneau (op.cit.) de cartas dos bispos da época retratam muito bem esta divisão. Para os que argumentavam que a igreja não mais podia ficar atrelada como simples órgão administrativo do Estado, foram estes os argumentos: 'Acolhemos a República como a que assegura a Igreja Catholica no Brasil certa somma de liberdades como ella nunca logrou no tempo da monarchia'. Para os que defendiam a continuidade da mensagem pastoral, visando reproduzir a ordem política do Estado, assim destacam os trechos: 'Em nome da ordem social, em nome da paz pública, em nome da concórdia dos cidadãos, em nome dos direitos da consciência, repellimos, os catholicos, a separação da Igreja do Estado, exigimos a união entre os dous poderes'. (p.67).

Por intermédio das estruturas do Estado, que a igreja manteve os seus instrumentos de dominação social. De modo que, muito embora subjugada ao Estado, os que defendiam a continuidade do regime de padroado queriam, de certa forma, a continuidade dessa dominação. Isto a igreja obteve, primeiro porque ela recebeu subvenções do Estado para manter-se nos primeiros anos do período pós-imperial e segundo, pelo fato de que, em 1932, foi criada a LEC (Liga Eleitoral Católica). Não foi um partido político propriamente dito, mas funcionou como um grupo de mobilização da igreja, com o intuito de ter o direito de opinar, ante as instâncias políticas e de debates na assembléia legislativa sobre a Constituição de 1934. Recebendo o apoio do Estado, representado pelo governo Vargas, a LEC procurou 'alistar' o eleitorado católico, ou seja, assegurar o voto católico dos candidatos que aceitassem o programa da igreja e concordassem em defendê-lo na convenção da então futura assembléia constituinte. Isto resultou no fato de alguns segmentos da igreja aliarem-se ao Estado, que passou a fornecer fundos para a manutenção de suas estruturas de caridade religiosas: escolas, seminários, casas de caridade, hospitais, universidades católicas.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

A influência da igreja de Roma foi vital porque, uma vez desatrelada do Estado, a igreja católica local subjugava-se à Santa Sé. A chegada de novos bispos, padres e freiras estrangeiros, com a conseqüente importação de novas idéias da Europa, também contribuíram neste processo de reconquistas políticas da igreja.

Este rompimento ideológico no presbitério em torno das opiniões favoráveis e contrárias à volta do padroado é uma demonstração prática de como o poder católico atuou em meio a uma série de ciclos ou processos que estiveram todo o tempo construindo e dissolvendo relações na vida social cotidiana. Foi um período de 'luta concorrencial' no presbitério católico em torno do interesse de querer e não querer o retorno da aliança entre igreja e Estado. Todo este feito de opiniões no presbitério fundamentou-se com o propósito, não somente de manter as forças de dominação da igreja, bem como de conservar o próprio sentido da instituição religiosa. Isto contribuiu, de certa forma, para firmar as divisões entre segmentos conservadores e progressistas, vigorados até hoje nos âmbitos internos da igreja católica. São lutas simbólicas e internas, diante dos quais distintas concepções e práticas sociais de mundo vão configurar-se. Os conservadores passam a dar apoio às novas elites republicanas que irão consolidar-se, sobretudo após os anos de 1930; os progressistas, da mesma forma, aliam-se aos interesses dos segmentos médios e populares.

Enfim, a melhor forma de retratar a evolução da ação pastoral neste momento é entendê-la em meio a um ciclo histórico que desconstruiu e construiu normas, gostos, obrigações, sentimentos, idéias e atitudes na igreja católica. Por uma espécie de 'reaproximação' entre igreja e Estado, ante as instâncias políticas a partir da LEC, fica muito evidente que a igreja revigorou a ação pastoral assistencialista de 'dar esmola', integrada ao modelo católico desde os tempos medievais, através das suas várias instituições de apoio – casas de caridade, hospitais, etc.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

A partir de uma aliança com segmentos intelectuais, a igreja criou, em 1922, o Centro D. Vital, que tornou-se um espaço muito importante de discussões e publicações do período. Através deste centro, a igreja defende abertamente a ação pastoral leiga. Vale ressaltar que foi a partir deste centro que nasceu um dos mais importantes movimentos leigos já existente em toda a história da igreja católica: a Ação Católica. Já o novo perfil das cidades com a industrialização, urbanização e migração possibilitou que a igreja concretizasse uma ação pastoral urbana. Por sua vez, os velhos fenômenos do campo, como a questão da terra, a pobreza, suas crenças, mitos e sincretismos, espalhados em um universo de diferentes realidades regionais fizeram acentuar uma ação pastoral rural.

CONCLUSÕES

Os estudos sobre o catolicismo no Brasil devem ser firmados mediante um elo entre os acontecimentos históricos e os conceitos sociológicos. De um lado, o olhar da microhistória, empenhando-se em analisar os fatos mais simples do cotidiano social; do outro, as proposições da sociologia, interpretando as práticas e representações do catolicismo com o intuito de revigorar as peculiaridades dessa referida prática religiosa. O catolicismo hoje não mais advém de uma tradição familiar estabelecida, muito menos como produto de uma constância na vida dos agentes sociais. O catolicismo está atrelado (assim como as demais às demais práticas religiosas) a circunstâncias sociais, históricas, econômicas e políticas que são produzidas e transmitidas pelas gerações anteriores e igualmente reproduzidas pelas gerações futuras.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

REFERÊNCIAS

- BENEDETTI, Luiz Roberto. **Propostas teóricas para entender o trânsito religioso**. Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, n.º 45, ano 13, 1994.
- BEOZZO, José Oscar. **História da igreja no Brasil**. De Medellín a Santo Domingo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Catolicismo e família no Brasil contemporâneo*. São Paulo: **Estudos CEBRAP**, n.º 12, 1975.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, ANPOCS, 1995.
- HOORNAERT, Eduardo et alli. **História da igreja no Brasil**. Petrópolis, (RJ): Vozes, Tomo II/1, 1992.
- HOORNAERT, Eduardo et alli. **História da igreja no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, Tomo II/2, 1992.
- MARIAE, Servus. **Para entender a igreja no Brasil: A Caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.